

Vida saudável e promoção do bem-estar: ODS 3 no Rio Grande do Sul

Departamento de Economia e Estatística
DEE/SEPLAG



Introdução

- O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 visa a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para toda a população.
- Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação dos ODS 3 no RS e no Brasil. Embora várias das metas estabelecidas não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido.
- As principais análises foram feitas considerando-se as metas nacionais, que foram construídas com base nas metas globais e **adequadas para a realidade brasileira**, conforme trabalho divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados analisados neste texto são, em sua maioria, do ano de 2018, conforme atualização mais recente disponível no portal do Ministério da Saúde



Metas Brasil

- Até 2030, reduzir a razão de **mortalidade materna** para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.
- Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de **recém-nascidos e crianças menores de 5 anos**, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.
- Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras **doenças transmissíveis**.
- Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por **doenças não transmissíveis** via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e **prevenir o suicídio**, alterando significativamente a tendência de aumento.



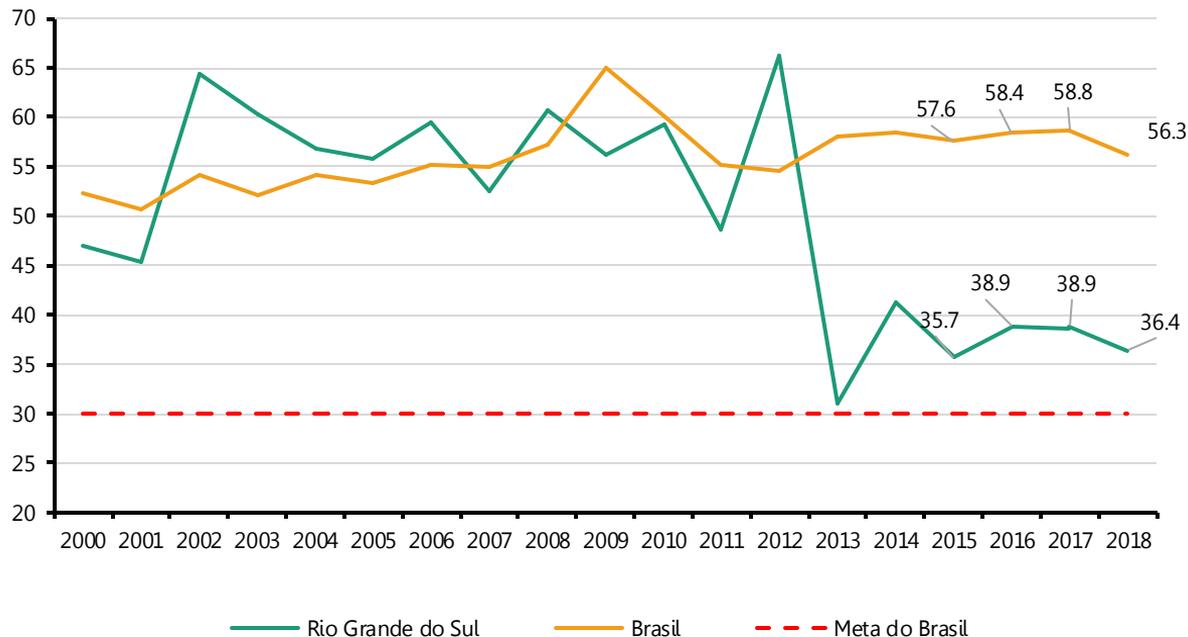
Metas Brasil

- Reforçar a prevenção e o **tratamento do abuso de substâncias**, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool.
- Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por **acidentes no trânsito**.
- Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de **saúde sexual e reprodutiva**, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.
- Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a **cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde** de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.
- Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por **produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo**.



Taxa de mortalidade materna no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2000-18

(por 100.000 nascidos vivos)



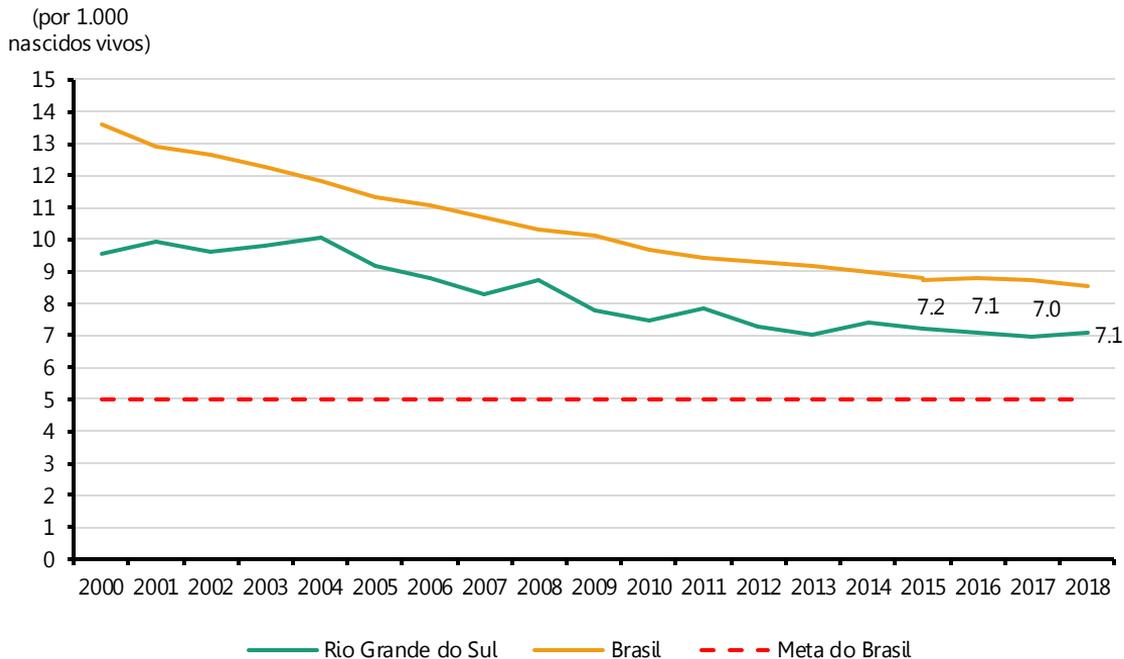
Em relação à meta de reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos, o RS estava, em 2018, relativamente próximo da meta 36,4 mortes por 100.000 nascidos vivos, valor melhor que o de 2017. Porém, nos últimos anos, esse indicador vem oscilando nesse patamar sem apresentar tendência clara de melhora.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (BRASIL, 2020b).



Taxa de mortalidade neonatal no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2000-18

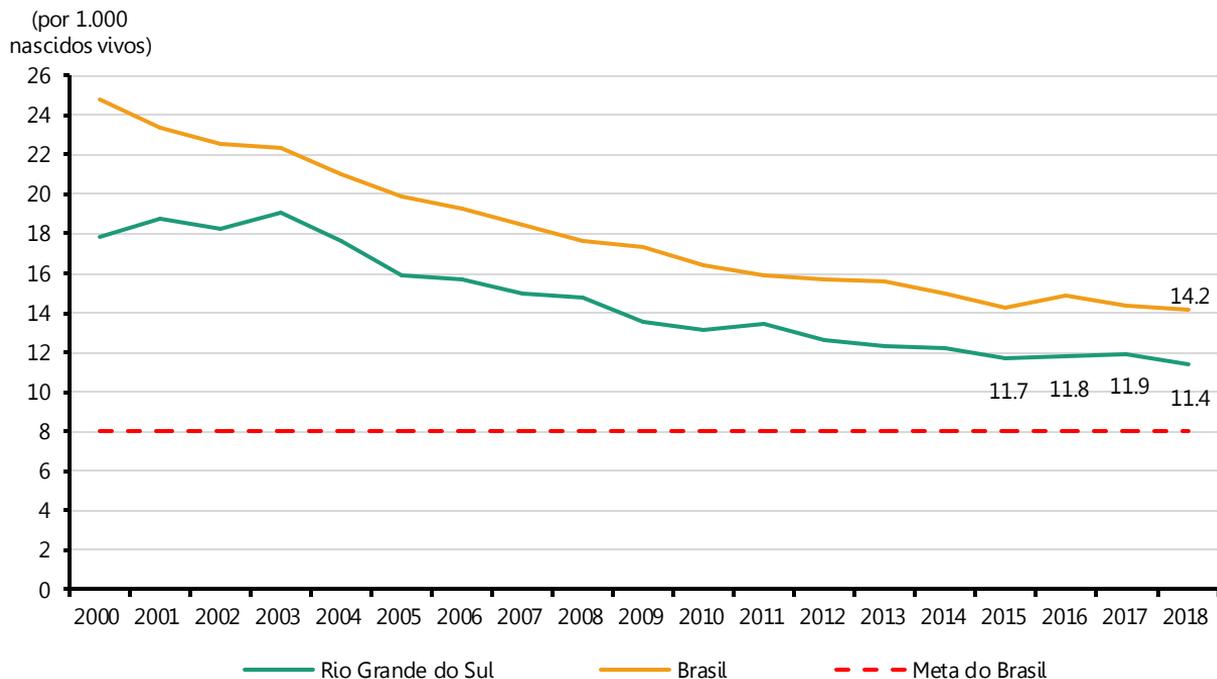


A mortalidade neonatal no Estado foi de 7,1 mortes por 1.000 nascidos vivos, segunda melhor unidade da Federação no Brasil, aproximando o indicador da meta de cinco mortes por 1.000 nascidos vivos, o que, em parte, pode explicar porque a redução tem sido pequena nos últimos anos, à medida que restam causas mais difíceis e complexas de serem resolvidas.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (BRASIL, 2020b).

Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2000-18



A taxa de mortalidade em menores de cinco anos no Estado, que foi de 11,4 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2018, sendo a meta de oito mortes por 1.000 nascidos vivos. Assim como na taxa de mortes neonatais, o Estado também apresenta um bom desempenho em comparação com restante do Brasil, tendo ficado atrás de Santa Catarina em 2018 (10,8), com 11,4.

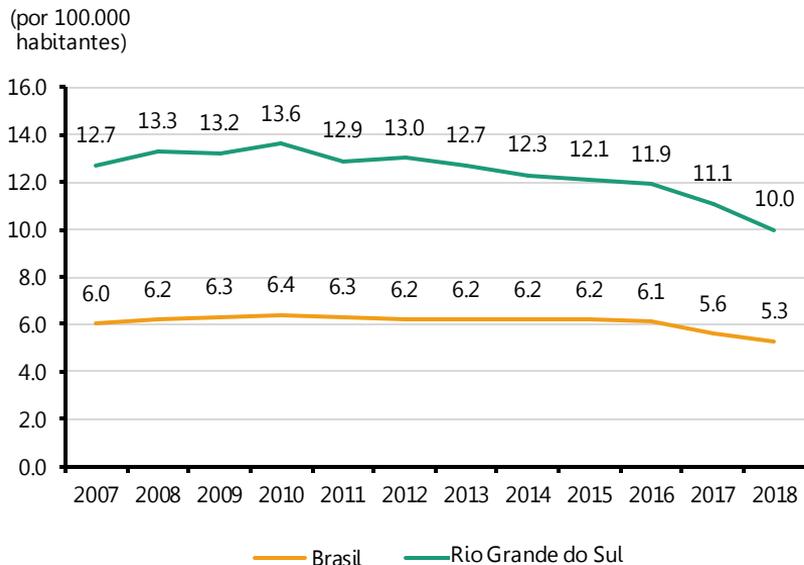
Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (BRASIL, 2020b).

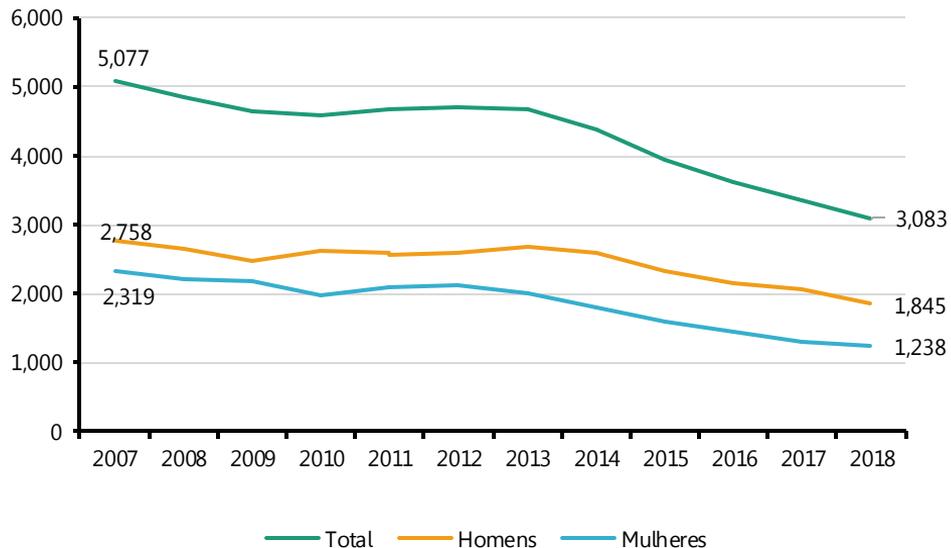


Número de novas infecções por HIV, por 1.000 habitantes, segundo sexo, idade e populações específicas

Taxa bruta de mortalidade por Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), por ano de óbito, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2007-18



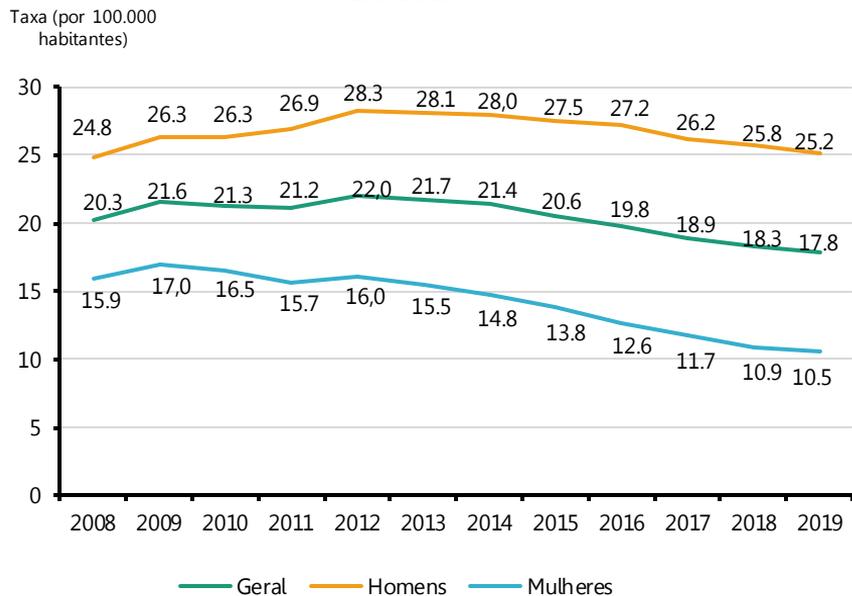
Número de casos de AIDS notificados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (Siscel) e no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom), por sexo e ano de diagnóstico, no Rio Grande do Sul — 2007-18



Fonte: Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a).

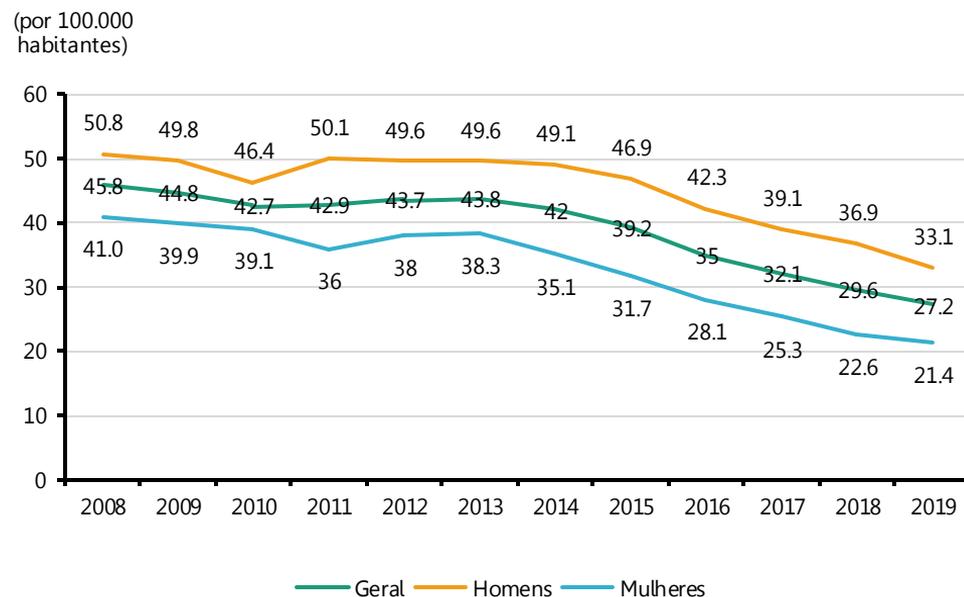
Taxa de detecção de casos AIDS notificados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (Siscel) e no Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom), por sexo e ano de diagnóstico—2008-19

Brasil

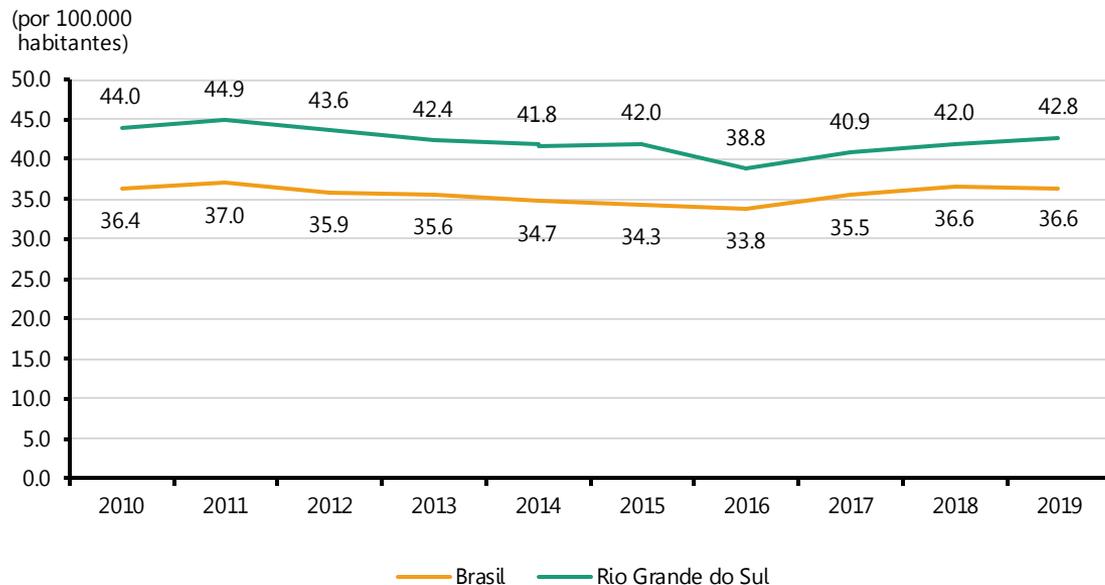


Fonte: Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a).

Rio Grande do Sul



Taxa de incidência de tuberculose, por ano do diagnóstico, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2010-19



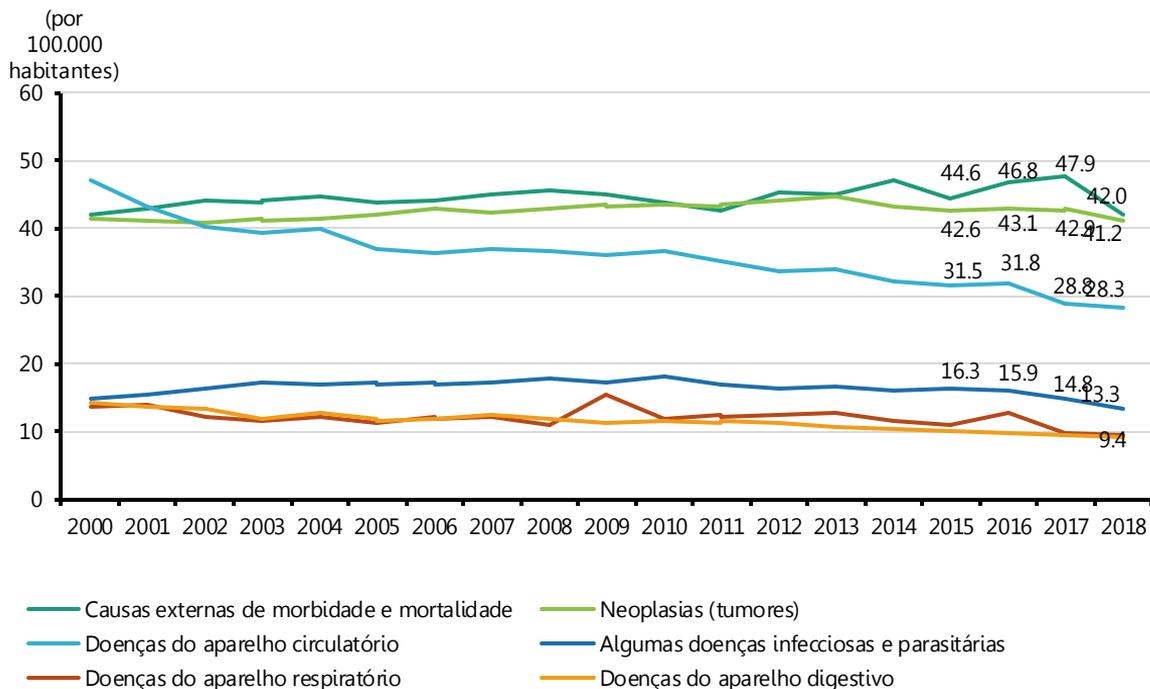
A incidência de novos casos de tuberculose ainda é bastante alta no Brasil, alcançando cerca de 77 mil casos em 2019. No Rio Grande do Sul, nesse mesmo ano, o número foi de 4.867, mais que o dobro dos casos notificados nos demais estados da Região Sul.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Projeções da população (IBGE, 2020).



Taxa de mortalidade, por principais grupos de causas, da população de 20 a 59 anos no Rio Grande do Sul — 2000-18

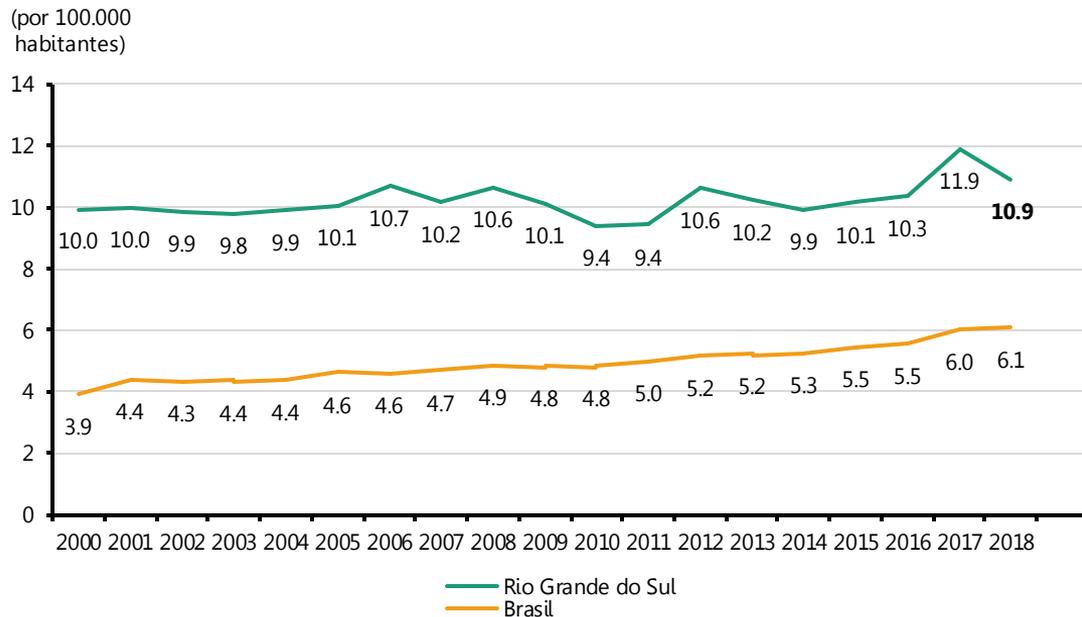


As doenças crônicas não transmissíveis, como doenças do aparelho circulatório, neoplasias (tumores), diabetes, e doenças respiratórias crônicas têm **fatores de risco associados** bem conhecidos, como o uso de tabaco, consumo de álcool, má alimentação e falta de atividades físicas (sedentarismo). As doenças crônicas estão entre as principais causas de morte na população brasileira.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).



Taxa de mortes por lesões autoprovocadas intencionalmente no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2000-18

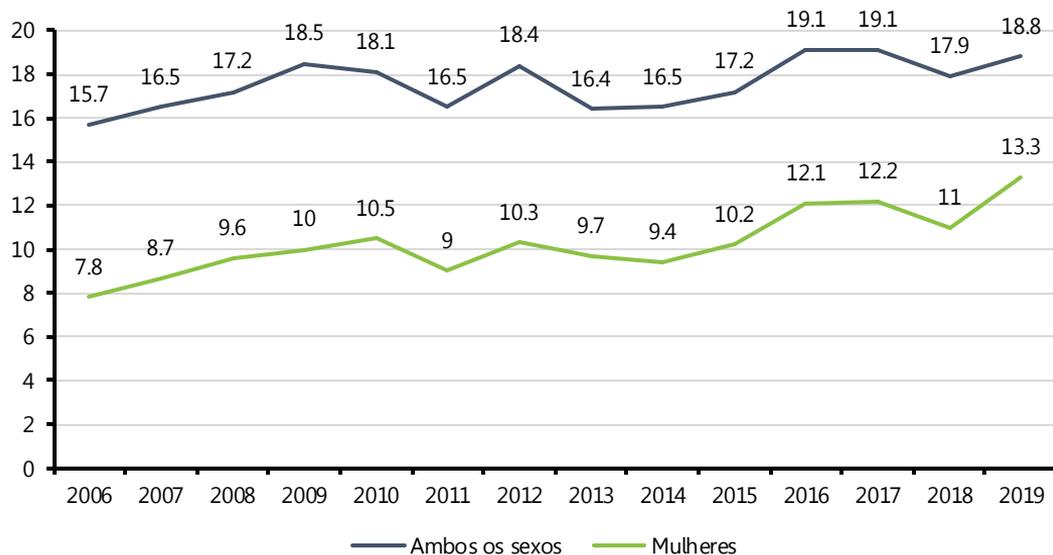


A taxa de suicídio, que está relacionada à saúde mental, tem apresentado números preocupantes no País. Enquanto, no Brasil, o alerta é para as taxas que vêm crescendo expressivamente (apesar de ainda estarem abaixo de média mundial), no Rio Grande do Sul a preocupação é que o Estado tem a **mais alta taxa de suicídio entre as UFs**, superando inclusive a média mundial.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).



Percentual da população adulta de 18 anos e mais, total e de mulheres, que consumiu álcool de maneira abusiva no Distrito Federal e nas capitais dos estados do Brasil — 2006-19

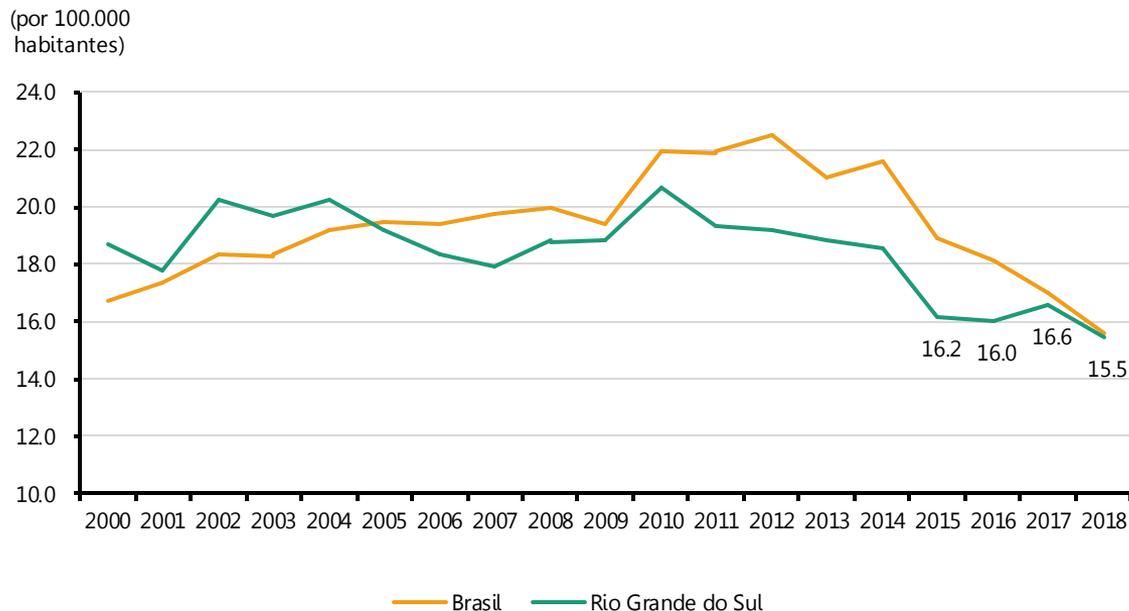


Porto Alegre, em 2019, teve o oitavo menor percentual de abuso de álcool (16,9%) entre as capitais, sendo maior entre os homens (21,6%) do que entre as mulheres (13,0%). Essa diferença entre os sexos é um padrão que se observa em todas as capitais, porém, no caso das mulheres, a capital gaúcha teve um índice mais próximo da média entre todas as capitais (13,3%), enquanto, para os homens, o resultado de Porto Alegre foi mais distante da média nacional, que é de 25,3% de abuso entre os homens.

Fonte: Vigitel Brasil 2019 (BRASIL, 2020).



Taxa de mortes por acidentes de transporte no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2000-18

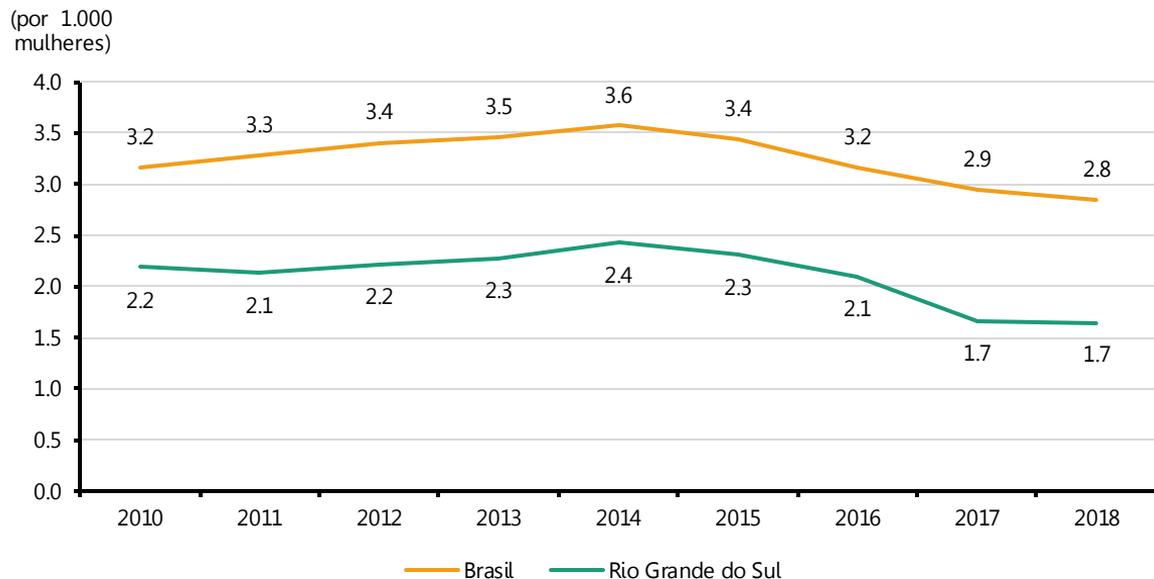


O número de mortes por acidentes de trânsito no Estado vem caindo, tendo chegado a 15,5 mortes por 100.00 habitantes em 2018, valor próximo da média nacional ainda distante da meta de 8,1. A queda mais expressiva nesse indicador, no Estado, ocorreu entre 2010 e 2015, e, após esse período, vem caindo de forma mais lenta que o observado no Brasil.

O perfil das 1.757 vítimas no Estado mostra que 37% eram ocupantes de automóveis, 20% eram pedestres, 22% eram motociclistas e 4% eram ciclistas.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Taxa específica de fecundidade da população feminina de 10 a 14 anos no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2010-18



Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (BRASIL, 2020b).

Projeções da população (IBGE, 2020).

O número de mães muito jovens, de 10 a 14 anos, apresenta uma tendência de redução no Brasil, tendo passado de 27.049 nascidos vivos em 2010 para 21.172 em 2018, o que representou uma queda de 21,7% no período. Para o Estado do Rio Grande do Sul, a queda foi ainda maior, de 38,7%, passando de 937 nascidos vivos em 2010 para 574 em 2018.

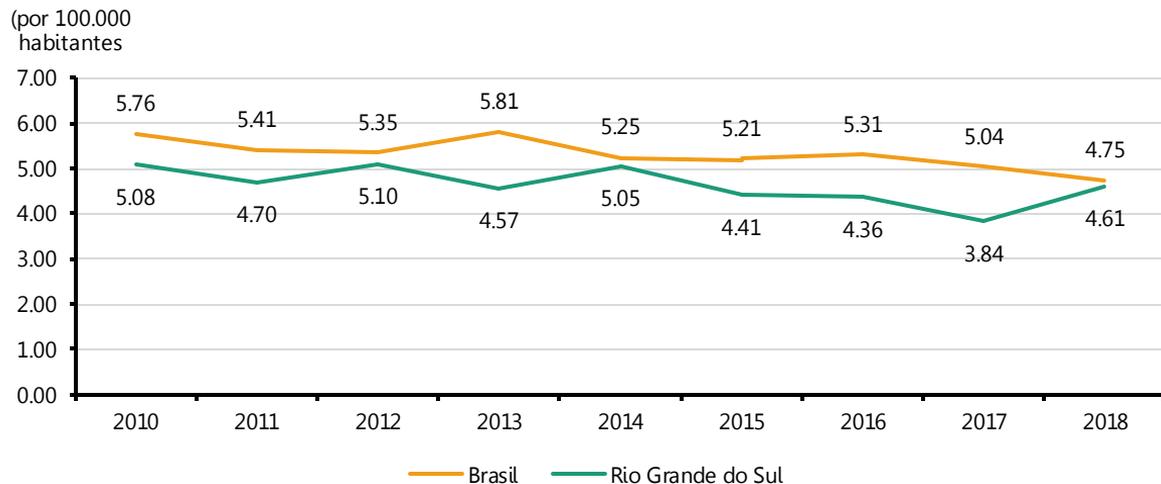
A taxa de fecundidade específica para essa faixa etária, em 2018, no Brasil é estimada em 2,8 nascidos vivos por 1.000 mulheres, enquanto, no Rio Grande do Sul, é de 1,7 por 1.000.

Pesquisa Nacional da Saúde (PNS) realizada em 2019 pelo IBGE

- A principal porta de entrada no SUS é através da atenção básica, que tem como principal programa a Estratégia Saúde da Família. Houve um aumento, em relação à pesquisa anterior de 2013, no percentual de **domicílios cadastrados em Unidades de Saúde da Família** (de 53,3% para 60,0%).
- No RS, esse percentual de domicílios passou de 47,1% em 2013 para 51,2% em 2019, ficando abaixo da média do Brasil e dos demais estados da Região Sul (Santa Catarina tem 85%, e o Paraná, 66,3% de domicílios cadastrados).
- O Porém, nem todos os domicílios cadastrados receberam visitas de algum agente. No Brasil, apenas 64,6% dos **domicílios cadastrados receberam alguma visita nos 12 meses** anteriores à entrevista.
- No RS, essa proporção é menor (51,2%), mas fica acima da de Santa Catarina (33,8%) e abaixo da do Paraná (68,5%). No Brasil, a proporção de domicílios cadastrados que receberam visitas mensalmente das equipes teve queda de 47,2% em 2013 para 38,4% em 2019.



Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2010-18



A taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras apresenta leve tendência de queda, passando de 4,41 em 2015 para 4,61 mortes por 100.000 habitantes em 2018, resultado menor que o Brasil. Por outro lado, a taxa de mortalidade por envenenamento acidental apresenta tendência de aumento na comparação com 2010, porém o número absoluto de mortes por essa causa é baixo. Foram apenas 10 registros, em 2018, no Estado.

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2020b).

Projeções da população (IBGE, 2020).



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/pnds/publicacao.php>. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Articulação Social. **Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2019 - vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.crn1.org.br/wp-content/uploads/2020/04/vigitel-brasil-2019-vigilancia-fatores-risco.pdf?x53725>. Acesso em: 1 out.2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Indicadores e dados básicos do HIV/AIDS nos municípios brasileiros. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Datasus**: informações de saúde (Tabnet). Brasília, DF, 2020b. Disponível em: Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0901>. Acesso em: 1 ago 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. **Guia de tratamento da malária no Brasil**. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/29/af-guia-tratamento-malaria-28jan20-isbn.pdf>. Acesso em: 14 out 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 set 2020.

IBGE. **Projeções da população**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 7 out. 2020.

IPEA. **Agenda 2030 – ODS - metas nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433. Acesso em: 1 ago. 2019.

MENEZES, Daiane *et al.* **Saúde mental e pandemia**: quais os impactos e como mitigar. Porto Alegre: GT de Políticas Sociais e Educação, ago. 2020. Disponível em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/28110159-relatorio-saude-mental-e-pandemia-quais-os-impactos-e-como-mitigar-27-08.pdf>. Acesso em: 1 out 2020.

ONU. Unaid. **Estatísticas**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 19 out. 2020.

RIOGRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Malária**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/malaria>. Acesso em: 15 out 2020.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO - SPGG

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - DEE

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe de Divisão de Pesquisa Econômica e Aplicada: Daiane Boelhauer Menezes

Equipe técnica: : Guilherme Rosa de Martinez Risco e Marilene Dias Bandeira



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

